

# VADE MECUM

NORMATIVOS  
DO CNJ



**Copyright:** Editora GuedesJus

Alameda Rolf Colin, nº 109, Salas 06 e 07, América, Joinville-SC.

CEP: 89204-070

CNPJ: 51.200.522/0001-78

**SAC** |  [contato@guedesjus.com.br](mailto: contato@guedesjus.com.br)

**Serviços editoriais:** Thais Guedes

Os atos normativos utilizado na obra se encontram disponível em domínio público das casas legislativas ou de órgãos vinculados ao poder executivo.

A Editora não se responsabiliza por vícios na consolidação ou atualização imputáveis aos órgãos públicos mantenedores do repositório legislativo.

A Editora não possui o papel de auditoria da legislação, para identificar erros, incorreções ou desatualizações de normativos, mas reproduzir como disponibilizada pelo poder público.

### **Conselho Editorial**

Abimael Francisco de Carvalho Silva, David Martins Mendonça, Eliézer Guedes de Oliveira Junior, Kaiann Barentin, Mariana Mostagi Aranda, Thais Tayane Carvalho Guedes e Tiago Neu Jardim

---

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Oliveira Junior, Eliézer Guedes de.

Vade Mecum de Normativos do CNJ (versão compacta)/ Eliézer Guedes de Oliveira Junior - 3. ed. - Joinville, SC: Editora GuedesJus, 2026.

ISBN 978-65-6104-599-5

1. Legislação - Brasil 2. Manuais, vademécuns etc. I. Título.

Data de fechamento: 31/12/2025.

CDU-340.134(81)(02)

Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da

# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos esta nova versão do Vade Mecum de Normativos, sucesso de vendas desde a primeira edição, com foco nas provas de segunda fase da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública.

Nesta versão, optamos por publicar uma edição concentrada nos normativos do CNJ.

Até então, a proposta consistia na contemplação de TODAS as resoluções, provimentos e recomendações do CNJ que se encontram vigentes e disponibilizadas no catálogo do CNJ. Sucede que a produção normativa do CNJ tem ganhado um volume imenso, ultrapassando a impressionante marca de mais de mil normativos vigentes! Esse contexto trouxe dois problemas. O primeiro: a obra física estava ganhando dimensões muitos grandes, o que poderia dificultar no manuseio. O segundo: o acúmulo de normativos muitas vezes sem relevância para concurso.

Diante desse cenário, passamos a filtrar e eliminar normativos dotados de irrelevância para concursos públicos, como aqueles que regulamentam serviços administrativos internos do CNJ e direcionados a presidência de tribunais em temas de gestão. A relação completa dos normativos não contemplados se encontram ao final desta obra, com o objetivo de permitir que o amigo leitor possa, com facilidade, conhecer e se inteirar pela leitura da ementa.

Temos a convicção que não existe no mercado uma obra tão completa como esta!

O trabalho exercido pelo organizador não substituiu o dever de cuidado que cada candidato deve ter ao estudar o conteúdo programático e suprir aquilo que, no seu sentir, mereça subsídios adicionais. Esperamos que esta obra possa ser uma ferramenta estratégica na sua aprovação!

***Editora GuedesJus***

# Que tal publicar sua própria obra jurídica?

São vários os motivos: pontuar na **fase de títulos** de carreira jurídica, projetar-se profissionalmente/academicamente ou mesmo realizar um sonho.

Você pode publicar sua monografia (TCC) da graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou outros materiais, de conteúdo jurídico. É possível, inclusive, converter artigos em livros. Mesmo monografias mais antigas são aptas à publicação, pois refletem conhecimento/direito histórico.

A *Editora GuedesJus* tem por princípio facilitar a admissão de novos autores no mercado editorial. Acreditamos que todos devem ter a oportunidade de difundir seu conhecimento. Para isso, oferecemos a Publicação Expressa, uma forma simplificada, desburocratizada e célere de publicar seu livro. Em até 15 dias úteis do recebimento do texto, seu exemplar físico é postado! Temos centenas de obras publicadas nesta modalidade. Você pode conferir algumas no link a seguir: <https://bit.ly/CatalogoGuedesJus>

E como forma de contribuir com o seu projeto, estamos disponibilizando ao adquirente deste exemplar um **cashback** de R\$ 100,00 para ser usado no serviço de publicação expressa de livro individual (válido por até 30 dias a contar da data da compra).

Tem dúvidas se seu material é apto à publicação? Envie-nos uma mensagem! Dispomos de um canal no Whatsapp exclusivo para suporte ao autor: (61) 9.8179-3696.

Entre para o time de autores da *Editora GuedesJus*!

<https://guedesjus.com.br/publicacao-expressa/>

# ÍNDICE-REMISSIVO

## ABONO FÉRIAS

- pagamento: Recomendação 30/2019

## ACESSIBILIDADE

- pessoas deficiência: Resolução 401/2021

## ACESSO À JUSTIÇA

- exclusão digital: Recomendação 101/2021

## AÇÕES COLETIVAS

- ambiental: Recomendação 99/2021

- gestão: Recomendação 76/2020

- núcleos: Resolução 339/2020

- destinação bens: Resolução Conjunta 10/2024

## ADOÇÃO

- gestantes: Resolução 485/2023

- sistema nacional: Resolução 289/2019

- vedação discriminação: Resolução 532/2023

- videoconferência: Recomendação 83/2020

## ADVOGADOS DATIVOS

- transparência: Resolução 618/2025

## AEROPORTOS

- jurisdição: Provimento 11/2010

## ALIENAÇÃO JUDICIAL

- meio eletrônico: Resolução 236/2016

## ALIENAÇÃO PARENTAL

- escuta especializada: Recomendação 157/2024

## ALIMENTOS

- prisão: Recomendação 122/2021

## APRENDIZAGEM

- adolescentes: Recomendação 61/2020

## ARBITRAGEM

- cooperação judiciária: Resolução 421/2021

## ARMAS

- depósito judicial: Resolução 134/2011

- regulamentação: Resolução Conjunta 4/2014

- regulamentação: Resolução 467/2022

## ASSÉDIO MORAL

- política institucional: Resolução 351/2020

## ASSEMBLEIAS

- credores: Recomendação 110/2021

## ASSISTÊNCIA JURÍDICA

- voluntária: Resolução 62/2009

## ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

- presos: Recomendação 119/2021

## ATENDIMENTO

- virtual: Recomendação 70/2020

## ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

- central vagas: Resolução 367/2021

## ATOS PROCESSUAIS

- cumprimento digital: Resolução 354/2020

- captação audiovisual: Resolução Conjunta 13/2025

- gravação: Recomendação 94/2021

## ATOS NOTARIAIS

- inventário: Resolução 35/2007

## AUDIÊNCIAS

- ferramentas tecnológicas: Recomendação 97/2021

- sistema audiovisual: Resolução 105/2010

- Ver VIDEOCONFERÊNCIA

- videoconferência: Resolução 341/2020

## AUTORIDADES

- estabelecimentos penais: Recomendação 131/2022

## AUXÍLIO-MORADIA

- pagamento: Resolução 274/2018

## AUXÍLIOS

- pagamento: Recomendação 31/2019

## BENS E VALORES

- destinação condenações: Resolução 558/2024

## BUSCA

- pessoas e bens: Resolução 600/2024

## BUSCA APREENSÃO

- polícia militar: Recomendação 166/2025

## CADASTRO

- condenados: Provimento 29/2013

## CARTÓRIOS

- arquivo segurança: Recomendação 9/2013

- campanha violência doméstica: Recomendação 49/2022

- conservação: Provimento 50/2015

- escrituração: Provimento 45/2015

- exame: Provimento 184/2024

- interinidade: Provimento 176/2024

- interinidade: Recomendação 39/2019

- pagamentos: Provimento 127/2022

- tarifas: Provimento 107/2020

- tecnologia: Provimento 74/2018

## CASAMENTO

- união homoafetiva: Resolução 175/2013

## CEJUSC

- convênios: Recomendação 28/2018

- empresarial: Recomendação 71/2020

## CERTIDÕES

- modelos: Provimento 63/2017

- negativa: Recomendação 3/2012

- óbito: Recomendação 18/2015

- papel segurança: Provimento 14/2011

- papel segurança: Provimento 15/2011

- papel segurança: Recomendação 6/2012

## COMUNICAÇÃO

- flexão gênero: Resolução 376/2021

- linguagem simples: Recomendação 144/2023

- oitiva: Recomendação 135/2022

## CONCURSOS

- ação afirmativa: Resolução 203/2015

- acessibilidade: Resolução 629/2025

- cotas indígenas: Resolução 512/2023

- dados pessoais: Resolução 269/2018

- delegações notariais: Resolução 81/2009

- heteroidentificação: Resolução 541/2023

- ingresso magistratura: Resolução 75/2009

## CONFLITOS

- de interesses: Resolução 125/2010

- fundiários: Recomendação 22/2009

- métodos consensuais: Recomendação 100/2021

- tributários: Recomendação 120/2021

## CONSELHOS COMUNITÁREOS

- política judiciária: Resolução 488/2023

## CONSTRUÇÃO DE ATIVOS

- sistema busca: Resolução 527/2023

- sistemas busca: Resolução 584/2024

## CONTRATOS

- métodos consensuais: Recomendação 140/2023

# SUMÁRIO

<b>RESOLUÇÕES DO CNJ .....</b>	<b>28</b>	.....	46
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 7 DE 18/10/2005.....</b>	<b>28</b>	.....	48
Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. ....	28	.....	48
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 10 DE 19/12/2005 .....</b>	<b>29</b>	.....	49
Veda o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares.....	29	.....	49
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 13 DE 21/03/2006 .....</b>	<b>29</b>	.....	51
Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura. ....	29	.....	51
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 14 DE 21/03/2006 .....</b>	<b>31</b>	.....	53
Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio.....	31	.....	53
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 16 DE 30/05/2006 .....</b>	<b>32</b>	.....	55
Estabelece critérios para a composição e eleição do Órgão Especial dos Tribunais e dá outras providências. ....	32	.....	55
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 20 DE 29/08/2006 .....</b>	<b>33</b>	.....	56
Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro. ....	33	.....	56
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 32 DE 10/04/2007 .....</b>	<b>33</b>	.....	58
Dispõe sobre as remoções a pedido e permuta de magistrados de igual entrância.....	33	.....	58
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 35 DE 24/04/2007 .....</b>	<b>34</b>	.....	60
Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. ....	34	.....	60
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 37 DE 06/06/2007 .....</b>	<b>39</b>	.....	62
Dispõe sobre a obrigatoriedade de os Tribunais regulamentarem os casos excepcionais de Juízes residirem fora das respectivas comarcas. ....	39	.....	62
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 46 DE 18/12/2007 .....</b>	<b>39</b>	.....	64
Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. ....	39	.....	64
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 59 DE 09/09/2008 .....</b>	<b>41</b>	.....	66
Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. ....	41	.....	66
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 60 DE 19/09/2008 .....</b>	<b>44</b>	.....	76
Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.....	44	.....	76
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 62 DE 10/02/2009 .....</b>	<b>46</b>	.....	76
Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária.	46	.....	76
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 64 DE 16/12/2008.....</b>	<b>48</b>	.....	48
Dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) .....	48	.....	48
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 66 DE 27/01/2009 .....</b>	<b>49</b>	.....	49
Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.....	49	.....	49
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 71 DE 31/03/2009 .....</b>	<b>51</b>	.....	51
Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.....	51	.....	51
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 72 DE 31/03/2009 .....</b>	<b>53</b>	.....	53
Dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos Tribunais estaduais e federais. ....	53	.....	53
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 73 DE 28/04/2009 .....</b>	<b>55</b>	.....	55
Dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário. ....	55	.....	55
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 75 DE 12/05/2009 .....</b>	<b>56</b>	.....	56
Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional. ....	56	.....	56
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 77 DE 26/05/2009 .....</b>	<b>66</b>	.....	66
Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei. ....	66	.....	66
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 80 DE 09/06/2009 .....</b>	<b>68</b>	.....	68
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público. ....	68	.....	68
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 81 DE 09/06/2009 .....</b>	<b>72</b>	.....	72
Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital. ....	72	.....	72
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 84 DE 06/07/2009 .....</b>	<b>76</b>	.....	76
Confere nova redação aos artigos 12, §único; 13, §1º; 15, II; 17 e 18, caput, e revoga os artigos 18, incisos I, II e parágrafo único; 19, parágrafo único; e 21 da Resolução nº 59, de 09 de setembro de 2008, que disciplina e uniformiza as rotinas, visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. ....	76	.....	76
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 88 DE 08/09/2009 .....</b>	<b>76</b>	.....	76
Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados. ....	76	.....	76
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 94 DE 27/10/2009 .....</b>	<b>78</b>	.....	78

Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	78
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 96 DE 27/10/2009.....</b>	<b>78</b>
Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências.....	78
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 98 DE 10/11/2009.....</b>	<b>79</b>
Dispõe as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário.....	79
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 105 DE 06/04/2010.....</b>	<b>81</b>
Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.....	81
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 106 DE 06/04/2010.....</b>	<b>82</b>
Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.....	82
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 112 DE 06/04/2010.....</b>	<b>86</b>
Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal.....	86
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 113 DE 20/04/2010.....</b>	<b>86</b>
Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.....	86
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 125 DE 29/11/2010.....</b>	<b>88</b>
Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.....	88
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 127 DE 15/03/2011.....</b>	<b>94</b>
Dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.....	94
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 131 DE 26/05/2011.....</b>	<b>96</b>
Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.....	96
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 133 DE 21/06/2011.....</b>	<b>97</b>
Dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens.....	97
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 134 DE 21/06/2011.....</b>	<b>97</b>
Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.....	97
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 135 DE 13/07/2011.....</b>	<b>98</b>
Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.....	98
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 139 DE 16/08/2011.....</b>	<b>101</b>
Dispõe sobre a transferência de magistrados para órgãos jurisdicionais fracionários no âmbito dos tribunais.....	101
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 153 DE 06/07/2012.....</b>	<b>101</b>
Estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.....	101
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 155 DE 16/07/2012.....</b>	<b>102</b>
Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.....	102
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 156 DE 08/08/2012.....</b>	<b>104</b>
Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.....	104
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 159 DE 12/11/2012.....</b>	<b>105</b>
Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.....	105
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 165 DE 16/11/2012.....</b>	<b>106</b>
Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.....	106
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 166 DE 19/12/2012.....</b>	<b>110</b>
Dispõe sobre o critério de tempo no cargo para efeito de aposentadoria de magistrado.....	110
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 174 DE 12/04/2013.....</b>	<b>110</b>
Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.....	110
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 175 DE 14/05/2013.....</b>	<b>111</b>
Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.....	111
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 184 DE 06/12/2013.....</b>	<b>112</b>
Dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.....	112
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 185 DE 18/12/2013.....</b>	<b>113</b>
Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.....	113
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 194 DE 26/05/2014.....</b>	<b>120</b>
Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.....	120
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 200 DE 03/03/2015.....</b>	<b>123</b>
Disciplina causa de impedimento de magistrado prevista no art. 134, IV, do Código de Processo Civil.....	123
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 202 DE 27/10/2015.....</b>	<b>123</b>
Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.....	123
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 203 DE 23/06/2015.....</b>	<b>124</b>
Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.....	124
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 213 DE 15/12/2015.....</b>	<b>126</b>
Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.....	126
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 215 DE 16/12/2015.....</b>	<b>140</b>
Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	140
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 216 DE 02/02/2016.....</b>	<b>147</b>

Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral. ....	147	Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. ....	168
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 224 DE 31/05/2016</b> .....	<b>147</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 255 DE 04/09/2018</b> .....	<b>170</b>
Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências. ....	147	Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. ....	170
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 225 DE 31/05/2016</b> .....	<b>148</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 269 DE 21/10/2018</b> .....	<b>172</b>
Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. ....	148	Institui regras sobre a gerência de dados pessoais de candidatos a cargos públicos, mediante concurso público, do Poder Judiciário. ....	172
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 228 DE 22/06/2016</b> .....	<b>152</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 270 DE 11/12/2018</b> .....	<b>172</b>
Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila). ....	152	Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros. ....	172
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 232 DE 13/07/2016</b> .....	<b>154</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 274 DE 18/12/2018</b> .....	<b>173</b>
Fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, §3º, II, do Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. ....	154	Regulamenta o pagamento do auxílio-moradia no Poder Judiciário Nacional. ....	173
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 233 DE 13/07/2016</b> .....	<b>155</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 280 DE 09/04/2019</b> .....	<b>174</b>
Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. ....	155	Estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU e dispõe sobre sua governança. ....	174
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 235 DE 13/07/2016</b> .....	<b>157</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 287 DE 25/06/2019</b> .....	<b>175</b>
Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências. ....	157	Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. ....	175
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 236 DE 13/07/2016</b> .....	<b>160</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 288 DE 25/06/2019</b> .....	<b>177</b>
Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, §1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). ....	160	Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. ....	177
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 238 DE 06/09/2016</b> .....	<b>163</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 289 DE 14/08/2019</b> .....	<b>179</b>
Dispõe sobre a criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de fazenda Pública. ....	163	Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA e dá outras providências. ....	179
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 244 DE 12/09/2016</b> .....	<b>163</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 292 DE 23/08/2019</b> .....	<b>182</b>
Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências. ....	163	Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário. ....	182
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 252 DE 04/09/2018</b> .....	<b>164</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 293 DE 27/08/2019</b> .....	<b>183</b>
Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências. ....	164	Dispõe sobre as férias da magistratura nacional. ....	183
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 253 DE 04/09/2018</b> .....	<b>166</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 295 DE 13/09/2019</b> .....	<b>184</b>
Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais. ....	166	Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes. ....	184
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 254 DE 04/09/2018</b> .....	<b>168</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 299 DE 05/11/2019</b> .....	<b>184</b>
Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário. ....	209	Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. ....	184
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 305 DE 17/12/2019</b> .....	<b>209</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 303 DE 18/12/2019</b> .....	<b>187</b>
Estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica	211	Dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário. ....	187

das pessoas privadas de liberdade.....	211	Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.....	233
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 307 DE 17/12/2019.....</b>	<b>212</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 351 DE 28/10/2020 .....</b>	<b>237</b>
Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação.....	212	Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.....	237
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 321 DE 15/05/2020.....</b>	<b>215</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 354 DE 19/11/2020 .....</b>	<b>245</b>
Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.....	215	Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.....	245
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 327 DE 08/07/2020.....</b>	<b>216</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 367 DE 19/01/2021 .....</b>	<b>246</b>
Disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos tribunais de justiça, bem como o envio de informações aos órgãos públicos federais responsáveis pelo processamento e pagamento.....	216	Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.....	246
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 332 DE 21/08/2020.....</b>	<b>218</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 369 DE 19/01/2021 .....</b>	<b>249</b>
[Revogação programada pela Resolução 615/25 (art. 46)]		Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2º Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF .....	249
Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial.....	218	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 372 DE 12/02/2021 .....</b>	<b>252</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 337 DE 29/09/2020.....</b>	<b>221</b>	Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.” .....	252
Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário.....	221	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 376 DE 02/03/2021 .....</b>	<b>253</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 339 DE 08/09/2020.....</b>	<b>221</b>	Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.....	253
Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas - NAC, dos Núcleos de Ações Coletivas - NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.....	221	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 385 DE 06/04/2021 .....</b>	<b>253</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 341 DE 07/10/2020.....</b>	<b>223</b>	Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências.....	253
Determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19.....	223	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 391 DE 10/05/2021 .....</b>	<b>254</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 343 DE 09/09/2020.....</b>	<b>224</b>	Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.....	254
Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.....	224	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 394 DE 28/05/2021 .....</b>	<b>257</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 345 DE 09/10/2020.....</b>	<b>227</b>	Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízes estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais.....	257
Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.....	227	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 398 DE 09/06/2021 .....</b>	<b>262</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 346 DE 08/10/2020.....</b>	<b>229</b>	Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais.....	262
Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006). .....	229	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 401 DE 16/06/2021 .....</b>	<b>263</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 348 DE 13/10/2020.....</b>	<b>229</b>	Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.....	263
Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.....	229	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 402 DE 28/06/2021 .....</b>	<b>268</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 350 DE 27/10/2020.....</b>	<b>233</b>	Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.....	268
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 404 DE 02/08/2021 .....</b>	<b>269</b>		

Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.....	269	internacional de crianças (1980), em execução por força do Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000.....	304
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 405 DE 06/07/2021 .....</b>	<b>272</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 454 DE 22/04/2022.....</b>	<b>307</b>
Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.....	272	Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas.....	307
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 408 DE 18/08/2021 .....</b>	<b>276</b>	<b>I</b> - descrição dos achados, preferencialmente com base no trabalho in loco, que possibilitem a compreensão da pessoa, do grupo ou do povo indígena periciado, com registros de sua cosmovisão, crenças, costumes, práticas, valores, interação com o meio ambiente, territorialidade, interações sociais recíprocas, organização social e outros fatores vinculados à sua relação com a sociedade envolvente;.....	310
Dispõe sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais relativos a autos de processos administrativos e judiciais.....	276	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 465 DE 22/06/2022.....</b>	<b>310</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 409 DE 19/08/2021 .....</b>	<b>277</b>	Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário.....	310
Altera a Resolução CNJ nº 195/2014.....	277	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 467 DE 28/06/2022.....</b>	<b>311</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 410 DE 23/08/2021 .....</b>	<b>277</b>	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º - A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012.....	311
Dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.....	277	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 470 DE 31/08/2022.....</b>	<b>314</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 412 DE 23/08/2021 .....</b>	<b>279</b>	Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.....	314
Estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas.....	279	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 471 DE 31/08/2022.....</b>	<b>317</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 414 DE 02/09/2021 .....</b>	<b>281</b>	Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.....	317
Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos crueis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.....	281	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 479 DE 11/11/2022.....</b>	<b>319</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 417 DE 20/09/2021 .....</b>	<b>285</b>	Dispõe sobre o funcionamento e utilização do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).....	319
Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.....	285	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 484 DE 19/12/2022.....</b>	<b>321</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 421 DE 29/09/2021 .....</b>	<b>290</b>	Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.....	321
Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências.....	290	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 485 DE 18/01/2023.....</b>	<b>323</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 425 DE 08/10/2021 .....</b>	<b>291</b>	Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança.....	323
Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.....	291	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 487 DE 15/02/2023.....</b>	<b>325</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 427 DE 20/10/2021 .....</b>	<b>298</b>	Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.....	325
Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos.....	298	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 488 DE 23/02/2023.....</b>	<b>331</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 433 DE 27/10/2021 .....</b>	<b>299</b>	Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências.....	331
Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.....	299	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 492 DE 17/03/2023 .....</b>	<b>333</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 440 DE 07/01/2022 .....</b>	<b>302</b>	Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.	333
Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.....	302		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 441 DE 24/12/2021 .....</b>	<b>303</b>		
Institui o Programa Nacional "Visão Global do Poder Judiciário".....	303		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 449 DE 30/03/2022 .....</b>	<b>304</b>		
Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro			

.....	333	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 543 DE 10/01/2024 .....</b>	<b>354</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 497 DE 14/04/2023.....</b>	<b>335</b>	Institui o Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de Acolhimento - Programa Novos Caminhos/CNJ.....	354
Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa "Transformação", estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.....	335		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 498 DE 04/05/2023.....</b>	<b>337</b>		
Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências.....	337		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 512 DE 30/06/2023.....</b>	<b>338</b>		
Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura. ....	338		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 512 DE 30/06/2023.....</b>	<b>340</b>		
Dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura. ....	340		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 520 DE 18/09/2023.....</b>	<b>342</b>		
Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades. ....	342		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 524 DE 27/09/2023.....</b>	<b>344</b>		
Estabelece procedimentos ao tratamento de adolescentes e jovens indígenas no caso de apreensão, de representação em processo de apuração de ato infracional ou de cumprimento de medida socioeducativa, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da Justiça da Infância e Juventude ou de juízos que exerçam tal competência.....	344		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 526 DE 20/10/2023.....</b>	<b>347</b>		
Dispõe sobre ações voltadas à aposentadoria de magistrados(as) no âmbito da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. ....	347		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 527 DE 13/10/2023.....</b>	<b>349</b>		
Disciplina o procedimento de cadastramento de conta única para efeito de constrição de ativos por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) e dá outras providências. ....	349		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 528 DE 20/10/2023.....</b>	<b>350</b>		
Garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público. ....	350		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 532 DE 16/11/2023.....</b>	<b>350</b>		
Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências. ....	350		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 541 DE 18/12/2023.....</b>	<b>351</b>		
Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015. ....	351		
.....	353	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 547 DE 22/02/2024 .....</b>	<b>356</b>
Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.....	356		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 557 DE 30/04/2024 .....</b>	<b>357</b>		
Institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento. ....	357		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 558 DE 06/05/2024 .....</b>	<b>359</b>		
Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências...359	359		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 562 DE 03/06/2024 .....</b>	<b>363</b>		
Institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios, altera e acrescenta dispositivos da Resolução CNJ nº 213/2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, conforme julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 sobre a Lei nº 13.964/2019.....	363		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 584 DE 27/09/2024 .....</b>	<b>365</b>		
Dispõe sobre o uso dos sistemas de pesquisa de dados e busca de bens para constrição patrimonial disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça....365	365		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 586 DE 30/09/2024 .....</b>	<b>366</b>		
Dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho. ....	366		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 591 DE 23/10/2024 .....</b>	<b>367</b>		
Dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento. ....	367		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 593 DE 08/11/2024 .....</b>	<b>368</b>		
Execução Penal e Sistema Carcerário; Funcionamento dos Órgãos Judiciais; Direitos Humanos;.....	368		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 595 DE 21/11/2024 .....</b>	<b>371</b>		
Dispõe sobre a padronização dos exames periciais nos benefícios previdenciários por incapacidade e sobre a automação nos processos judiciais previdenciários e assistenciais, por meio do Prevjud.....	371		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 598 DE 22/11/2024 .....</b>	<b>373</b>		
Estabelece as diretrizes para adoção de Perspectiva Racial nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, definidas no protocolo elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Presidência nº 73/2024.....	373		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 599 DE 13/12/2024 .....</b>	<b>374</b>		
Institui a Política Judiciária de Atenção às Comunidades Quilombolas e diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia de acesso à justiça por pessoas e comunidades quilombolas .....	374		

<b>RESOLUÇÃO-CNJ 600 DE 13/12/2024 .....</b>	<b>379</b>	Institui a Política de Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário.....	402
Dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário. ....	379		
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 601 DE 13/12/2024 .....</b>	<b>380</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 646 DE 26/09/2025.....</b>	<b>404</b>
Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar. ....	380	Institui o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário. ....	404
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 603 DE 13/12/2024 .....</b>	<b>381</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 650 DE 29/09/2025.....</b>	<b>406</b>
Regulamenta a permuta de magistrados(as) vinculados(as) a tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.....	381	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o exercício da docência pelos integrantes da magistratura nacional e a participação de magistrados em eventos. ....	406
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 609 DE 19/12/2024 .....</b>	<b>382</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 654 DE 04/11/2025.....</b>	<b>408</b>
Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojetos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo. ....	382	Dispõe sobre o processo de vitaliciamento dos magistrados de 1º grau. ....	408
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 615 DE 11/03/2025 .....</b>	<b>382</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 662 DE 15/12/2025.....</b>	<b>410</b>
Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. ....	382	Estabelece diretrizes e parâmetros para oficinamento dos Juizados Especiaisdo Torcedor e dos Grandes Eventos noâmbito do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal. ....	410
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 618 DE 19/03/2025 .....</b>	<b>394</b>	<b>RESOLUÇÃO-CNJ 667 DE 23/12/2025 .....</b>	<b>412</b>
Estabelece diretrizes gerais para o aprimoramento da transparéncia e do efetivo controle na nomeação e no pagamento de advogadas e advogados dativos nos tribunais brasileiros, e dá outras providências.....	394	Dispõe sobre a atuação das Equipes Técnicas Multiprofissionais no âmbito dos tribunais de justiça e institui o Fórum Nacional das Equipes Técnicas Multiprofissionais do Poder Judiciário (Fonamulti), bem como altera as Resoluções CNJ nº 542/2023, e nº 231/2016. ....	412
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 619 DE 01/04/2025 .....</b>	<b>395</b>	<b>RESOLUÇÕES CONJUNTAS CNJ .....</b>	<b>414</b>
Altera a Resolução CNJ nº 88/2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados. ....	395	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 1 DE 29/09/2009.....</b>	<b>414</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 620 DE 30/04/2025 .....</b>	<b>395</b>	Institucionaliza mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. ....	414
Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento. ....	395	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 3 DE 19/04/2012.....</b>	<b>414</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 621 DE 20/05/2025 .....</b>	<b>395</b>	Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.....	414
Dispõe sobre o reconhecimento e pagamento, em sede administrativa, de novos direitos e vantagens com efeito retroativo pelos órgãos do Poder Judiciário.....	395	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 4 DE 28/02/2014.....</b>	<b>415</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 622 DE 30/05/2025 .....</b>	<b>396</b>	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os arts. 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012. ....	415
Estabelece diretrizes e procedimentos para a transferência interestadual de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade, no âmbito do Poder Judiciário. ....	396	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 5 DE 03/03/2020.....</b>	<b>417</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 629 DE 30/06/2025 .....</b>	<b>397</b>	Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências. ....	417
Assegura às pessoas com deficiência que se candidatem aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Poder Judiciário o direito a condições adaptadas de realização das respectivas provas, notadamente as orais, com plena acessibilidade, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.....	397	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 6 DE 21/05/2020.....</b>	<b>419</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 634 DE 01/09/2025 .....</b>	<b>399</b>	Institui sistemática unificada para o envio, no âmbito do Poder Judiciário, de informações referentes a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem no gozo dos direitos políticos, estabelecendo, ainda, o compartilhamento dessas informações entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral. ....	419
Institui diretrizes e procedimentos para atenção e apoio aos familiares de pessoas desaparecidas, no âmbito das ações judiciais de declaração de ausência, morte presumida e demais procedimentos relacionados ao desaparecimento de pessoas, e dá outras providências. ....	399	<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 10 DE 29/05/2024.....</b>	<b>420</b>
<b>RESOLUÇÃO-CNJ 640 DE 23/09/2025 .....</b>	<b>402</b>	Dispõe sobre os procedimentos e as medidas para a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, bem como sobre medidas de transparéncia, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas. ....	420
<b>RESOLUÇÃO CONJUNTA-CNJ 13 DE 24/09/2025.....</b>	<b>423</b>	Dispõe sobre a regulação de captação e registro audiovisual em atos processuais sob a presidência do	

Poder Judiciário e procedimentos extrajudiciais sob a presidência do Ministério Público, bem como sobre o uso de imagens e vozes de participantes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e o art. 5º, LXXIX, da Constituição Federal. ....	423	implique Inelegibilidade - CNCIAI.....	438
<b>PROVIMENTO-CNJ 36 DE 05/05/2014</b> .....	<b>438</b>	Dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. ....	438
<b>PROVIMENTO-CNJ 39 DE 25/07/2014</b> .....	<b>440</b>	Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, destinada a recepcionar comunicações de indisponibilidade de bens imóveis não individualizados. ....	440
<b>PROVIMENTO-CNJ 44 DE 18/03/2015</b> .....	<b>444</b>	Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana. ....	444
<b>PROVIMENTO-CNJ 45 DE 13/05/2015</b> .....	<b>447</b>	Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências. ....	447
<b>PROVIMENTO-CNJ 50 DE 28/09/2015</b> .....	<b>449</b>	Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais. ....	449
<b>PROVIMENTO-CNJ 56 DE 14/07/2016</b> .....	<b>450</b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais. ....	450
<b>PROVIMENTO-CNJ 57 DE 22/07/2016</b> .....	<b>450</b>	Institui, de forma permanente, o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais da Corregedoria Nacional de Justiça. ....	450
<b>PROVIMENTO-CNJ 59 DE 03/05/2017</b> .....	<b>450</b>	Altera o Provimento CN-CNJ n. 48, de 16 de março de 2016, que estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas. ....	450
<b>PROVIMENTO-CNJ 61 DE 17/10/2017</b> .....	<b>450</b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional. ....	450
<b>PROVIMENTO-CNJ 62 DE 14/11/2017</b> .....	<b>451</b>	Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila). ....	451
<b>PROVIMENTO-CNJ 63 DE 14/11/2017</b> .....	<b>452</b>	Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. ....	452
<b>PROVIMENTO-CNJ 64 DE 01/12/2017</b> .....	<b>454</b>	Dispõe sobre a responsabilidade pela inclusão, alteração e exclusão de dados no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que	

Estabelece diretrizes gerais para o pagamento dos subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça.....	454	<b>PROVIMENTO-CNJ 124 DE 07/12/2021</b> ..... 472
<b>PROVIMENTO-CNJ 71 DE 13/06/2018</b> .....	455	Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis - ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.....
Dispõe sobre o uso do e-mail institucional pelos membros e servidores do Poder Judiciário e sobre a manifestação nas redes sociais.....	455	472
<b>PROVIMENTO-CNJ 74 DE 31/07/2018</b> .....	456	<b>PROVIMENTO-CNJ 127 DE 09/02/2022</b> ..... 473
Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.....	456	Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos - SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 75 DE 06/09/2018</b> .....	458	473
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Videoconferência .....	458	<b>PROVIMENTO-CNJ 135 DE 02/09/2022</b> ..... 474
<b>PROVIMENTO-CNJ 78 DE 30/04/2020</b> .....	459	Dispõe sobre condutas e procedimentos dos magistrados e tribunais brasileiros no período eleitoral e posteriormente a ele; determina a modificação de competência ou criação, pelos tribunais de justiça e tribunais regionais federais, de juízos criminais especializados em delitos violentos com motivação político-partidária; determina aos tribunais de justiça, tribunais regionais eleitorais e tribunais de justiça militar dos estados que, conjuntamente, empreendam esforços para celebração de acordos de cooperação com os órgãos de segurança pública locais e ministérios públicos, com o propósito de assegurar a normalidade das eleições, a segurança dos magistrados envolvidos, a regular posse dos eleitos, e dá outras providências.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 79 DE 08/11/2018</b> .....	459	474
Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.....	459	<b>PROVIMENTO-CNJ 143 DE 25/04/2023</b> ..... 475
<b>PROVIMENTO-CNJ 80 DE 04/12/2018</b> .....	460	Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula - CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.....
Dispõe sobre o Fórum Nacional das Corregedorias.....	460	475
<b>PROVIMENTO-CNJ 82 DE 03/07/2019</b> .....	461	<b>PROVIMENTO-CNJ 144 DE 25/04/2023</b> ..... 476
Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.....	461	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 84 DE 14/08/2019</b> .....	461	476
Dispõe sobre o uso e o funcionamento do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).....	461	<b>PROVIMENTO-CNJ 147 DE 04/07/2023</b> ..... 478
<b>PROVIMENTO-CNJ 89 DE 18/12/2019</b> .....	462	Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.....
Regulamenta o Código Nacional de Matrículas - CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado - SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico - ONR.....	462	478
<b>PROVIMENTO-CNJ 103 DE 04/06/2020</b> .....	467	<b>PROVIMENTO-CNJ 149 DE 30/08/2023</b> ..... 480
Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.....	467	Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 107 DE 24/06/2020</b> .....	468	480
Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.....	468	<b>PROVIMENTO-CNJ 158 DE 05/12/2023</b> ..... 592
<b>PROVIMENTO-CNJ 115 DE 24/03/2021</b> .....	469	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas - "Solo Seguro - Favela" - e dá outras providências.....
Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.....	469	592
<b>PROVIMENTO-CNJ 118 DE 29/06/2021</b> .....	470	<b>PROVIMENTO-CNJ 159 DE 18/12/2023</b> ..... 593
Dispõe sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude e revoga o Provimento nº 32, de 24 de junho de 2013, da Corregedoria Nacional de Justiça.....	470	Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais - FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas - FIC-RTDPJ; dispõe sobre

suas receitas; e dá outras providências.....	593	
<b>PROVIMENTO-CNJ 162 DE 11/03/2024 .....</b>	<b>596</b>	
Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.....	596	Dispõe sobre os procedimentos referentes à política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça criada pelo Provimento CN 147/2023; regulamenta o protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores, em fluxo integrado com a Ouvidoria Nacional da Mulher; reestrutura o canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 165 DE 16/04/2024 .....</b>	<b>598</b>	622
Institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud), que regulamenta os foros judiciais.....	598	
<b>PROVIMENTO-CNJ 174 DE 02/07/2024 .....</b>	<b>612</b>	
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o dever dos notários e registradores em comunicar as mudanças de titularidades de imóveis aos municípios.....	612	
<b>PROVIMENTO-CNJ 176 DE 23/07/2024 .....</b>	<b>612</b>	
Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.....	612	
<b>PROVIMENTO-CNJ 184 DE 26/11/2024 .....</b>	<b>613</b>	
Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios - ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.....	613	
<b>PROVIMENTO-CNJ 193 DE 15/05/2025 .....</b>	<b>616</b>	
Dispõe sobre a fixação do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos como parâmetro para aferição de eventual morosidade do juízo, a ser observado em âmbito disciplinar e na atividade fiscalizatória das Corregedorias.....	616	
<b>PROVIMENTO-CNJ 195 DE 03/06/2025 .....</b>	<b>617</b>	
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para criar o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI); para disciplinar procedimentos de saneamento e de retificação no Registro de Imóveis e dá outras providências.....	617	
<b>PROVIMENTO-CNJ 197 DE 13/06/2025 .....</b>	<b>618</b>	
Regulamenta o §1º do art. 7º-A da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o serviço de conta notarial vinculada, estabelece procedimentos para o depósito, administração e movimentação condicionada de valores por tabeliães de notas, e dá outras providências.....	618	
<b>PROVIMENTO-CNJ 199 DE 25/06/2025 .....</b>	<b>620</b>	
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e institui a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.....	620	Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 201 DE 28/07/2025.....</b>	<b>622</b>	628
		Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 203 DE 20/08/2025.....</b>	<b>625</b>	
		Dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias.....
<b>PROVIMENTO-CNJ 207 DE 30/10/2025.....</b>	<b>625</b>	
		629
<b>PROVIMENTO-CNJ 210 DE 02/12/2025.....</b>	<b>626</b>	
		629
		Dispõe a obrigatoriedade de prévia autorização da Corregedoria Nacional de Justiça para a implementação de alterações nos sistemas de Licença Compensatória e/ou de Acúmulo de Acervo, Jurisdição ou Função Relevante pelos Tribunais, e fixa prazo para a comunicação da base de cálculo e dos normativos locais sobre a conversão de dias em pecúnia.....
<b>RECOMENDAÇÕES DO CNJ .....</b>	<b>627</b>	
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 3 DE 15/03/2012 .....</b>	<b>627</b>	
		Dispõe sobre a cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 5 DE 17/05/2012 .....</b>	<b>627</b>	
		Dispõe sobre os procedimentos para os multirões de instrução, conciliação e julgamento dos juizados especiais federais, em matéria previdenciária.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 6 DE 02/07/2012 .....</b>	<b>627</b>	
		Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para a emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 7 DE 06/09/2012 .....</b>	<b>628</b>	
		Dispõe sobre a prioridade na tramitação de inquéritos e processos criminais em que figurem indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas, nos termos da Lei nº 9.807/1999, atualizada pela Lei nº 12.483/2011.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 8 DE 07/11/2012 .....</b>	<b>628</b>	
		Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 9 DE 07/03/2013 .....</b>	<b>628</b>	
		Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 12 DE 25/06/2013 .....</b>	<b>629</b>	
		Dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias.....
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 15 DE 31/07/2014 .....</b>	<b>629</b>	

Dispõe sobre a celeridade das ações penais que tenham como vítima crianças e adolescentes .....	629	Recomenda a todos os Tribunais do país que abstenham-se de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitu o Provimento CN-CNJ 6/2018.....	636
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 18 DE 02/03/2015 .....</b>	<b>630</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 33 DE 23/11/2010 .....</b>	<b>636</b>
Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento. ....	630	Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial.....	636
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 18 DE 04/11/2008 .....</b>	<b>630</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 34 DE 27/02/2019 .....</b>	<b>637</b>
Recomenda aos Magistrados Criminais que evitem a denominação dada às operações policiais em atos judiciais .....	630	Recomenda todos os membros dos Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho do país, que tenham cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cujo nome figure nas listas para a escolha de seus integrantes oriundos das vagas destinadas ao quinto constitucional da OAB e do Ministério Público, que se abstenham de participar da sessão e de votar.....	637
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 20 DE 16/12/2008 .....</b>	<b>630</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 35 DE 12/07/2011 .....</b>	<b>637</b>
Recomenda aos tribunais que proporcionem maior intercâmbio de experiências no âmbito da execução penal, a adoção de processo eletrônico, a estruturação e a regionalização das varas de execuções penais; e, aos juízes, maior controle dos mandados de prisão.....	630	Dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas em atenção aos pacientes judiciais e a execução da medida de segurança .....	637
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 22 DE 06/06/2016 .....</b>	<b>631</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 36 DE 30/05/2019 .....</b>	<b>638</b>
Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados. ....	631	Dispõe sobre a vedação aos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal de regulamentarem a averbação de divórcio por declaração unilateral emanada de um dos cônjuges .....	638
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 22 DE 04/03/2009 .....</b>	<b>631</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 36 DE 12/07/2011 .....</b>	<b>638</b>
Recomenda aos tribunais que priorizem e monitorem permanentemente demandas jurídicas envolvendo conflitos fundiários.....	631	Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas visando a melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, com vistas a assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde suplementar .....	638
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 23 DE 28/06/2016 .....</b>	<b>631</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 39 DE 19/06/2019 .....</b>	<b>639</b>
Recomenda aos Oficiais de Registro Civis das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.....	631	Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.....	639
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 24 DE 04/08/2009 .....</b>	<b>632</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 40 DE 02/07/2019 .....</b>	<b>640</b>
Recomenda aos juízes e tribunais a realização de mutirão para instrução e julgamento de processos criminais e sessões de julgamento do Tribunal do Júri.....	632	Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais .....	640
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 24 DE 01/08/2016 .....</b>	<b>632</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 41 DE 02/07/2019 .....</b>	<b>640</b>
Recomenda aos responsáveis, titulares e interinos, das serventias extrajudiciais que não se utilizem pessoalmente da modalidade do Teletrabalho.....	632	Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019. ....	640
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 25 DE 22/08/2016 .....</b>	<b>633</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 42 DE 08/08/2012 .....</b>	<b>641</b>
Recomenda aos Juízes que atuam nas Varas de Família que observem o disposto na Lei nº 13.058/2014, nos termos que especifica.....	633	Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas.....	641
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 25 DE 27/10/2009 .....</b>	<b>634</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 43 DE 30/10/2019 .....</b>	<b>641</b>
Recomenda aos tribunais a inserção em estágio de nível fundamental e médio ou prestação de serviços à comunidade, no âmbito dos órgãos jurisdicionais e entidades partícipes de adolescentes em conflito com a lei ou sob a aplicação de medida de proteção.....	634	Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por	
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 28 DE 17/08/2018 .....</b>	<b>635</b>		
Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciais de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs). ....	635		
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 30 DE 27/02/2019 .....</b>	<b>636</b>		
Recomenda a todos os Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal que não efetuem o pagamento de abono de férias aos magistrados em valor superior a 1/3 do salário, ainda que com fundamento em lei estadual ...	636		
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 31 DE 27/02/2019 .....</b>	<b>636</b>		

todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.....	641	especializadas ou não, que promovam, sempre que possível, o uso da mediação.....	647
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 43 DE 20/08/2013.....</b>	<b>642</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 59 DE 17/12/2019 .....</b>	<b>649</b>
Recomenda aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais que promovam a especialização de Varas para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde pública e para priorizar o julgamento dos processos relativos à saúde suplementar.....	642	Recomenda aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios que preencham de forma integral os dados de sistemas referentes à justiça criminal e ao sistema socioeducativo.....	649
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 46 DE 23/06/2020.....</b>	<b>642</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 60 DE 17/12/2019 .....</b>	<b>650</b>
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.....	642	Recomenda aos juízes estaduais que mantenham a tramitação de processos previdenciários propostos antes da eficácia da Lei nº 13.876/2019 na Justiça Estadual.....	650
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 47 DE 12/03/2021.....</b>	<b>642</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 61 DE 14/02/2020 .....</b>	<b>650</b>
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.....	642	Recomenda aos tribunais brasileiros a implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, a partir dos 14 anos, na forma dos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.....	650
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 49 DE 03/03/2022.....</b>	<b>643</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 62 DE 17/03/2020 .....</b>	<b>651</b>
Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.....	643	Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.....	651
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 50 DE 18/07/2022.....</b>	<b>644</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 63 DE 31/03/2020 .....</b>	<b>655</b>
Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.....	644	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da Covid-19.....	655
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 51 DE 23/03/2015.....</b>	<b>644</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 65 DE 07/05/2020 .....</b>	<b>657</b>
Recomenda a utilização dos Sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud e dá outras providências.....	644	Recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstêm de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações, confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena violação dos deveres funcionais, bem como recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstêm de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário, ressalvados os casos previstos em lei.....	657
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 52 DE 20/07/2016.....</b>	<b>644</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 66 DE 13/05/2020 .....</b>	<b>657</b>
Recomenda a adoção de medidas preventivas e maior rigor no controle quanto à forma como são geradas, armazenadas e disponibilizadas informações judiciais de caráter sigiloso e/ou sensíveis.....	644	Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à sociedade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.....	657
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 54 DE 10/09/2018.....</b>	<b>645</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 67 DE 17/06/2020 .....</b>	<b>659</b>
Recomenda aos tribunais a não exigência de tradução de documentos estrangeiros redigidos em língua portuguesa.....	645	Dispõe sobre a adoção de medidas de urgência, durante a pandemia, para a proteção da integridade física, psíquica e da vida de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.....	659
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 55 DE 08/10/2019.....</b>	<b>645</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 70 DE 04/08/2020 .....</b>	<b>659</b>
Recomenda aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais a adoção de procedimentos voltados a otimizar o julgamento das ações relacionadas a crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri .....	645	Recomenda aos tribunais brasileiros a regulamentação da forma de atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Pùblico e da Polícia Judiciária e das partes no exercício do seu Jus Postulandi (art. 103 do NCPC), no	
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 56 DE 22/10/2019.....</b>	<b>646</b>		
Recomenda aos Tribunais de Justiça que promovam a especialização de varas e a criação de câmaras ou turmas especializadas em falência, recuperação empresarial e outras matérias de Direito Empresarial.....	646		
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 57 DE 22/10/2019.....</b>	<b>646</b>		
Recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial a adoção de procedimentos prévios ao exame do feito, e dá outras providências. ....	646		
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 58 DE 22/10/2019.....</b>	<b>647</b>		
Recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial e falências, de varas			

período da pandemia da Covid-19 .....	659
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 71 DE 05/08/2020 .....</b>	<b>660</b>
Dispõe sobre a criação do Centros Judicários de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejusc Empresarial e fomenta o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial .....	660
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 72 DE 19/08/2020 .....</b>	<b>661</b>
Dispõe sobre a padronização dos relatórios apresentados pelo administrador judicial em processos de recuperação empresarial .....	661
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 75 DE 09/09/2020 .....</b>	<b>662</b>
Recomenda a regulamentação, pelos tribunais, do direito à compensação por assunção de acervo .....	662
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 76 DE 08/09/2020 .....</b>	<b>663</b>
Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário .....	663
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 77 DE 09/09/2020 .....</b>	<b>664</b>
Recomenda aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais a instalação de Varas Criminais Colegiadas previstas no art. 1º-A da Lei nº 12.694/2012, incluído pelo art. 13 da Lei nº 13.964/2019, e dá outras providências .....	664
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 79 DE 08/10/2020 .....</b>	<b>665</b>
Dispõe sobre a capacitação de magistradas e magistrados para atuar em Varas ou Juizados que detenham competência para aplicar a Lei nº 11.340/2006 .....	665
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 80 DE 05/11/2020 .....</b>	<b>666</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância da necessidade de preservação do sigilo das informações dos procedimentos de interceptação de comunicações telefônicas, de informática e telemática .....	666
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 80 DE 06/12/2005 .....</b>	<b>666</b>
Recomenda aos Tribunais e outros órgãos do Poder Judiciário com atuação direta ou indireta sobre os Juizados Especiais a adoção de diversas medidas de aperfeiçoamento dos Juizados Especiais .....	666
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 81 DE 06/11/2020 .....</b>	<b>667</b>
Propõe procedimentos ao tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude .....	667
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 83 DE 16/12/2020 .....</b>	<b>670</b>
Recomenda aos tribunais brasileiros o estabelecimento de critérios para a realização de audiências, avaliação da equipe interprofissional, participação em programa e/ou curso de preparação para adoção e outros atos processuais por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19 .....	670
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 87 DE 20/01/2021 .....</b>	<b>670</b>
Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário .....	670
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 90 DE 02/03/2021 .....</b>	<b>672</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19). .....	672
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 91 DE 15/03/2021 .....</b>	<b>673</b>
Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas adicionais à propagação da infecção pelo novo Coronavírus e suas variantes - Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. .....	673
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 92 DE 29/03/2021 .....</b>	<b>675</b>
Recomenda aos magistrados que, à luz da independência funcional que lhes é assegurada, atuem na pandemia da Covid-19 de forma a fortalecer o sistema brasileiro de saúde e a preservar a vida com observância da isonomia e dos preceitos veiculados pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	675
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 94 DE 09/04/2021 .....</b>	<b>675</b>
Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas incentivadoras da prática de gravação de atos processuais, com vistas à melhoria da prestação jurisdicional .....	675
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 95 DE 09/04/2021 .....</b>	<b>676</b>
Recomenda aos tribunais brasileiros estrita observância do disposto no §1º do art. 224 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), para que os dias do começo e do vencimento do prazo processual sejam protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal .....	676
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 97 DE 09/04/2021 .....</b>	<b>676</b>
Recomendar aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios a utilização de ferramentas tecnológicas para a realização de audiências e atendimentos pelas equipes técnicas, em razão da pandemia mundial por Covid-19, dentre outras recomendações .....	676
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 98 DE 26/05/2021 .....</b>	<b>677</b>
Recomendar aos tribunais e autoridades judiciais a adoção de diretrizes e procedimentos para realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade .....	677
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 99 DE 21/05/2021 .....</b>	<b>679</b>
Recomenda a utilização de dados de sensoriamento remoto e de informações obtidas por satélite na instrução probatória de ações ambientais .....	679
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 100 DE 16/06/2021 .....</b>	<b>679</b>
Recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde .....	679
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 101 DE 12/07/2021 .....</b>	<b>680</b>
Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais .....	680
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 102 DE 19/08/2021 .....</b>	<b>681</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras .....	681
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 103 DE 23/08/2021 .....</b>	<b>681</b>
Dispõe sobre a padronização dos documentos	

necessários para ajuizamento dos processos de recuperação judicial .....	681
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 105 DE 23/08/2021.....</b>	<b>682</b>
Dispõe sobre a necessidade de se conferir prioridade à apreciação das hipóteses de descumprimento de medidas protetivas de urgência e à atuação em rede, com o Ministério Público e os órgãos integrantes da Segurança Pública, para se conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência, e dá outras providências.....	682
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 108 DE 15/09/2021.....</b>	<b>684</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário com competência para julgamento de questões que envolvem refúgio e migrações a observância de diretrizes estabelecidas nos tratados internacionais sobre direitos humanos, enquanto perdurar a situação de pandemia de Covid-19.....	684
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 109 DE 05/10/2021.....</b>	<b>685</b>
Recomenda aos magistrados e serventuários que adotem como padrão o modelo de comunicação de distribuição de demanda, ao ser distribuída ação contra o devedor em recuperção judicial, e dá outras providências.....	685
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 110 DE 05/10/2021.....</b>	<b>685</b>
Dispõe sobre a organização e padronização dos trâmites para realização das Assembleias Gerais de Credores na forma virtual e híbrida e da coleta de votos de forma eletrônica de maneira antecipada e dá outras providências.....	685
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 111 DE 07/10/2021.....</b>	<b>687</b>
Recomendar aos tribunais de todo o país que divulguem, em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais, da campanha contra violência infantil, com a finalidade de informar aos usuários do sistema de justiça os canais de comunicação para proteção de crianças e de adolescentes.....	687
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 114 DE 20/10/2021.....</b>	<b>687</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.....	687
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 115 DE 27/10/2021.....</b>	<b>689</b>
Dispõe sobre a necessidade de se conferir absoluta prioridade à imposição das medidas protetivas de urgência de apreensão de arma de fogo que esteja em poder do agressor e de suspensão da posse ou restrição do porte de armas.....	689
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 116 DE 27/10/2021.....</b>	<b>690</b>
Dispõe sobre a necessidade de os juízes e as juízas, que detenham competência na área da violência doméstica, familiar e de gênero, procederem ao imediato encaminhamento das decisões de deferimento das medidas protetivas de urgência aos órgãos de apoio do Município (Creas e órgão gestor).....	690
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 118 DE 27/10/2021.....</b>	<b>690</b>
Recomenda aos(as) juízes(as) com jurisdição criminal a utilização da ferramenta para consulta unificada de antecedentes criminais.....	690
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 119 DE 28/10/2021.....</b>	<b>690</b>
Recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade.....	690
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 120 DE 28/10/2021 .....</b>	<b>692</b>
Recomenda o tratamento adequado de conflitos de natureza tributária, quando possível pela via da autocomposição, e dá outras providências.....	692
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 121 DE 03/11/2021 .....</b>	<b>693</b>
Recomenda-se aos tribunais que, na hipótese de vara especializada com competência exclusiva para determinadas matérias e jurisdição territorial igual à do tribunal, designem mais de um magistrado para nela atuar ou criem mais de uma vara com igual competência.....	693
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 122 DE 03/11/2021 .....</b>	<b>694</b>
Recomendação aos magistrados dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal que forem analisar pedidos de decretação de prisão do devedor de alimentos.....	694
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 123 DE 07/01/2022 .....</b>	<b>694</b>
Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	694
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 124 DE 07/01/2022 .....</b>	<b>695</b>
Recomenda aos tribunais que instituam e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar.....	695
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 125 DE 24/12/2021 .....</b>	<b>695</b>
Dispõe sobre os mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento e a instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de conflitos oriundos de superendividamento, previstos na Lei nº 14.181/2021.	695
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 127 DE 15/02/2022 .....</b>	<b>696</b>
Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão.....	696
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 128 DE 15/02/2022 .....</b>	<b>697</b>
Recomenda a adoção do "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.....	697
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 129 DE 15/06/2022 .....</b>	<b>697</b>
Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a evitar o abuso do direito de demandar que possa comprometer os projetos de infraestrutura qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), previsto na Lei n. 13.334/2016.....	697
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 131 DE 31/08/2022 .....</b>	<b>698</b>
Dispõe sobre o ingresso de autoridades judiciais em estabelecimentos penais.....	698
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 134 DE 09/09/2022 .....</b>	<b>698</b>
Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro.....	698
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 135 DE 12/09/2022 .....</b>	<b>701</b>
Recomenda aos magistrados que, sempre que possível, realizem a oitiva do órgão de defesa da concorrência, em especial a sua Procuradoria Federal Especializada, antes de concederem tutelas de urgência relacionadas a processos administrativos em tramitação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), assim minimizando efeitos danosos decorrentes de eventual abuso do direito de demandar.....	701
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 136 DE 12/09/2022 .....</b>	<b>702</b>

Recomenda aos tribunais que instituam e mantenham projetos permanentes de visitas periódicas de membros do Judiciário a instituições públicas de ensino. ....	702	a equivalência de carga de trabalho para magistrados(as) do primeiro grau de jurisdição em termos quantitativos e qualitativos. ....	710
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 139 DE 12/12/2022</b> .....	<b>702</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 150 DE 02/05/2024</b> .....	<b>712</b>
Recomenda aos magistrados e às magistradas que observem as regras e práticas destinadas ao combate ao trabalho infantil, nos procedimentos pertinentes à expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins. ....	702	Recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar e aos Tribunais Regionais Federais que autorizem os respectivos juízos criminais a efetuarem repasses de valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. ....	712
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 140 DE 21/08/2023</b> .....	<b>703</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 155 DE 19/09/2024</b> .....	<b>712</b>
Recomenda e regulamenta a adoção de métodos de resolução consensual de conflitos pela Administração Pública dos órgãos do Poder Judiciário em controvérsias oriundas de contratos administrativos. ....	703	Recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Regionais do Trabalho que autorizem os respectivos juízos efetuarem repasses de valores para o combate às queimadas. ....	712
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 141 DE 10/07/2023</b> .....	<b>704</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 157 DE 03/10/2024</b> .....	<b>713</b>
Recomenda e regulamenta parâmetros a serem adotados pelo(a) Magistrado(a) no momento de fixar os honorários do(a) administrador(a) judicial, em processos recuperacionais e em processos falimentares. ....	704	Recomenda a adoção do "Protocolo para a escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. ....	713
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 142 DE 25/08/2023</b> .....	<b>705</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 158 DE 15/10/2024</b> .....	<b>713</b>
Recomenda aos Tribunais e aos(as) Magistrados(as) a adoção de medidas junto ao Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal para fomentar a inclusão de previsão orçamentária destinada à implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional em seus instrumentos de planejamento e orçamento. ....	705	Recomenda aos tribunais brasileiros que considerem a realização de consultas ou audiências públicas em processos nos quais a eficácia da decisão possa atingir um grande número de pessoas. ....	713
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 144 DE 25/08/2023</b> .....	<b>706</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 159 DE 23/10/2024</b> .....	<b>714</b>
Recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem. ....	706	Recomenda medidas para identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva. ....	714
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 145 DE 27/09/2023</b> .....	<b>707</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 161 DE 06/06/2025</b> .....	<b>716</b>
Recomenda a adoção do "Protocolo para Julgamento de Ações Ambientais" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. ....	707	Recomenda medidas para o funcionamento adequado do Banco Nacional de Perfis Genéticos e da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, instituídos pelo Decreto Federal nº 7.950/2013. ....	716
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 146 DE 28/11/2023</b> .....	<b>708</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 163 DE 16/06/2025</b> .....	<b>717</b>
Dispõe sobre estratégias para o cumprimento adequado das decisões judiciais nas demandas de saúde pública. ....	708	Estabelece diretrizes para a identificação e condução de processos estruturais. ....	717
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 148 DE 11/04/2024</b> .....	<b>710</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 165 DE 19/09/2025</b> .....	<b>718</b>
Recomenda aos magistrados que atuam em plantão judiciário que se instruam, por ocasião da análise de pedidos de liberdade provisória ou progressão de regime de indivíduos do alto escalão de organizações criminosas, de todas as informações possíveis à sua disposição, constantes especialmente do sistema processual do próprio tribunal local, do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), bem como de outros sistemas de verificação de antecedentes criminais. ....	710	Recomenda a adoção de medidas coordenadas para o tratamento adequado dos litígios massificados decorrentes de descontos associativos eventualmente não autorizados em benefícios previdenciários e para a prevenção de fraudes. ....	718
<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 149 DE 30/04/2024</b> .....	<b>710</b>	<b>RECOMENDAÇÃO-CNJ 166 DE 04/11/2025</b> .....	<b>719</b>
Recomenda a instituição de mecanismos que assegurem		Recomenda aos magistrados e magistradas criminais que, exceto quanto às infrações militares, em caso de recebimento de pedidos de busca e apreensão domiciliar ou de atos privativos de polícia judiciária requeridos diretamente pela Polícia Militar, submetam o pedido à manifestação do Ministério Público competente para o procedimento. ....	719
		<b>ANEXO ÚNICO</b> .....	<b>721</b>

**RESOLUÇÕES DO CNJ****RESOLUÇÃO-CNJ 7 DE 18/10/2005**

Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições

**CONSIDERANDO** que, nos termos do disposto no art. 103-B, §4º, II, da Constituição Federal, compete ao Conselho zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituirlos, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública encontra-se submetida aos princípios da moralidade e da imponibilidade consagrados no art. 37, caput, da Constituição;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

**Art. 2º** Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

**I** - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

**II** - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

**III** - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em

cargo de direção ou de assessoramento;

**IV** - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

**V** - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

**V** - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento;

► Redação dada pela Resolução 229, de 22.06.16

**VI** - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

► Incluído pela Resolução 229, de 22.06.16

**§1º** Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade.

**§1º** Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a

compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras jurídicas, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade.

► Redação dada pela Resolução 181/13

**§2º** A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

**§3º** A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

► Incluído pela Resolução 229, de 22.06.16

**§4º** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

► Incluído pela Resolução 229, de 22.06.16

**Art. 3º** São vedadas a contratação e a manutenção de contrato de prestação de serviço com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

**Art. 3º** É vedada a manutenção, aditamente ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

► Redação dada pela Resolução 9, de 06.12.05

**Art. 4º** O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que

importe prática vedada na forma do artigo 2º.

**Art. 5º** Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

**Parágrafo único** Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

**Art. 6º** O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Ministro NELSON JOBIM**

#### RESOLUÇÃO-CNJ 10 DE 19/12/2005

Veda o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, considerando o decidido nas Reclamações Disciplinares nºs. 127, 128, 130, 134 e 138;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do disposto no art. 103-B, §4º, I, da Constituição Federal, compete ao Conselho zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

**CONSIDERANDO** que os integrantes do Poder Judiciário encontram-se submetidos ao art. 95, parágrafo único, inc. I, da Constituição Federal e ao regime disciplinar estipulado nos arts. 35 e seguintes da Lei Complementar nº 35, de 14.03.79 (LOMAN);

#### RESOLVE:

**Art. 1º** É vedado o exercício pelos integrantes do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e em suas Comissões Disciplinares (Lei nº 9.615, de 24.03.98, arts. 52 e 53).

**Art. 2º** É determinado aos atuais membros do Poder Judiciário que exercem funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e em suas Comissões Disciplinares que se desliguem dos referidos

órgãos até o dia 31 de dezembro de 2005.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Ministro NELSON JOBIM**

#### RESOLUÇÃO-CNJ 13 DE 21/03/2006

Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o decidido em Sessão de 21/03/2006

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 103-B, §4º, II, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004

**CONSIDERANDO** o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 319269, conforme Ata da 1º Sessão Administrativa realizada em 5 de fevereiro de 2004

#### RESOLVE:

**Art. 1º** No âmbito do Poder Judiciário da União, o valor do teto remuneratório, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, combinado com o seu art. 93, inciso V, é o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal e corresponde a R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

**Art. 1º** No âmbito do Poder Judiciário da União, o valor do teto remuneratório, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, combinado com o seu art. 93, inciso V, é o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, no valor fixado em Lei.

► Redação dada pela Resolução 326/2006

**Art. 2º** Nos órgãos do Poder Judiciário dos Estados, o teto remuneratório constitucional é o valor do subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça, que não pode exceder a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal. (Declarado inconstitucional conforme Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4014)

**Art. 3º** O subsídio mensal dos Magistrados constitui-se exclusivamente de parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono,

prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, de qualquer origem.

**Art. 4º** Estão compreendidas no subsídio dos magistrados e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

#### I - vencimentos:

a) no Poder Judiciário da União, os previstos na Lei nº 10.474/02 e na Resolução STF nº 257/03;

b) no Poder Judiciário dos Estados, os fixados nas tabelas das leis estaduais respectivas.

#### II - gratificações de:

a) Vice-Corregedor de Tribunal;

b) Membros dos Conselhos de Administração ou de Magistratura dos Tribunais;

c) Presidente de Câmara, Seção ou Turma;

d) Juiz Regional de Menores;

e) exercício de Juizado Especial Adjunto;

f) Vice-Diretor de Escola;

g) Ouvidor;

h) grupos de trabalho e comissões;

i) plantão;

j) Juiz Orientador do Disque Judiciário;

k) Decanato;

l) Trabalho extraordinário;

m) Gratificação de função.

#### III - adicionais:

a) no Poder Judiciário da União, o Adicional por Tempo de Serviço previsto na Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN), art. 65, inciso VIII;

b) no Poder Judiciário dos Estados, os adicionais por tempo de serviço em suas diversas formas, tais como: anuênio, biênio, triênio, sexta-parte, "cascatinha", 15% e 25%, e trintenário.

#### IV - abonos;

#### V - prêmios;

#### VI - verbas de representação;

**VII** - vantagens de qualquer natureza, tais como:

a) gratificação por exercício de mandato (Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Diretor de Foro e outros encargos de direção e confiança);

b) parcela de isonomia ou equivalência;

c) vantagens pessoais e as nominalmente identificadas (VPNI);

d) diferenças individuais para compensar decréscimo remuneratório;